



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Departamento do Patrimônio Genético

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES/CGEN-2011

ÍNDICE

A – REGULAÇÃO DO ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	2
1. Atividades do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e da Secretaria Executiva do CGEN.....	2
1.1. Reuniões do CGEN.....	2
1.2. Processos autorizados pelas instituições credenciadas.....	3
1.3. Credenciamento de Instituições Fiéis Depositárias.....	3
1.4. Processos em Tramitação no DPG.....	4
1.5. Autuações de Solicitações de Autorização de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado.....	4
1.6. Sumário das Autorizações de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado entre 2002 e 2011.....	4
1.7. Anuência a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios.....	5
1.8. Emissão de Normas.....	7
2. Demais Atividades do Departamento do Patrimônio Genético – DPG.....	8
2.1. Cooperação Institucional.....	8
2.2. Integração com Outras Políticas Públicas.....	8
2.3. Atendimento a Consultas.....	9
2.4. Participação em Reuniões Internacionais.....	9
2.5. Workshop - Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios.....	10
2.6. Acompanhamento de Processos Judiciais e outros litígios: Natural Source e S.R. Galves.....	10
B – POLÍTICAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO DO ACESSO ILEGAL.....	10
1. Políticas e Ações de Prevenção do Acesso Ilegal.....	10
C – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS.....	11
1. Credenciamento de Instituições.....	11
2. Participação em Eventos como Palestrantes ou Conferencistas.....	11
D – CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO	11
1. Workshop de intercâmbio e treinamento dos técnicos do CNPq e do IPHAN.....	11
2. Workshop de treinamento de empresas, em parceria com a Associação Brasileira de Cosmetologia.....	12
3. Elaboração do Termo de Referência do Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais União Européia – Brasil”.....	12
E – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA.....	12
1. Plano Plurianual e Orçamento.....	12

A – REGULAÇÃO DO ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS.

1. Atividades do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e da Secretaria Executiva do CGEN.

1.1. Reuniões do CGEN.

Foram organizadas e realizadas dez Reuniões Ordinárias do CGEN (80ª a 89ª Reunião) durante o ano de 2011, além de seis reuniões de câmaras temáticas permanentes: Conhecimento Tradicional Associado, Repartição de Benefícios, Procedimentos Administrativos e Patrimônio Genético Mantido em Coleções *Ex Situ*. É importante ressaltar a evolução em relação ao ano de 2010, quando foram realizadas seis reuniões ordinárias do CGEN.

Durante o ano de 2011, foram concedidas pelo CGEN um total de 9 autorizações especiais, 2 autorizações de acesso a conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético e 13 autorizações de acesso e/ou de remessa de amostra de componente do patrimônio genético (Tabela 1).

Tabela 1. Autorizações de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado concedidas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético em 2011.

Tipos de Autorizações	Quantidade
1. Autorização Especial para fins de:	
Constituir e integrar coleção ex situ que visa a atividades com potencial de uso econômico	1
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	8
Total	9
2. Conhecimento Tradicional Associado para fins de:	
Pesquisa Científica	2
3. Patrimônio Genético para fins de:	
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	6
Desenvolvimento Tecnológico	7
Total	13
4. Total de processos autorizados	24*

*Das 24 autorizações, duas são de regularização das atividades e três são renovações de autorizações.

1.2. Processos autorizados pelas instituições credenciadas.

Além das autorizações de acesso e/ou de remessa de amostra de componente do patrimônio genético e/ou acesso a conhecimento tradicional associado concedidas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético em 2011, foram concedidas 167 autorizações pelas instituições credenciadas, sendo 140 pelo IBAMA e 27 pelo CNPq (Tabela 2).

1.3. Credenciamento de Instituições Fiéis Depositárias.

Além das autorizações listadas na Tabela 1, o CGEN credenciou 22 coleções científicas para serem instituições fiéis depositárias de sub-amostra do patrimônio genético em condições ex situ (Tabela 3), sendo que até o ano de 2011 foram credenciadas 253 coleções científicas.

O credenciamento de instituições fiéis depositárias facilita o acesso ao patrimônio genético pelos pesquisadores e pela indústria, e consequentemente a repartição de benefícios oriundos deste acesso, visto que uma das condições prevista na lei para que ocorra o acesso a amostra de componente do patrimônio genético é a deposição de sub-amostra do patrimônio genético em instituição fiel depositária. Assim, quanto maior for o número de instituições fiéis depositárias e quanto melhor distribuídas pelo país, mais fácil, rápido e eficiente será o envio das sub-amostras do patrimônio genético acessadas. A deposição de sub-amostra do patrimônio genético acessado visa a conservação e preservação dos recursos genéticos brasileiros.

Tabela 2. Autorizações de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético concedidas pelas instituições credenciadas, IBAMA e CNPq.

Tipo de Autorização por instituição	Quantidade
1. IBAMA (Deliberação nº 40/2003)	
Autorização para Pesquisa Científica	5
Autorização Especial para Pesquisa Científica / Inclusões em Portfólio	1* / 134 **
Total	140
2. CNPq (Deliberação nº 246/2009)	
Autorização para Pesquisa Científica	27
Total	27
3. Total de processos Autorizados	167

* Autorização Especial. ** Refere-se as inclusões em portfólio de 11 Autorizações Especiais

Tabela 3. Autorizações de credenciamento de Instituições Fiéis Depositárias em 2011.

Tipo de processo	Quantidade
Processos analisados*	16
Coleções credenciadas	22
Processos em tramitação	25

* Cada processo pode resultar no credenciamento de mais de uma coleção.

1.4. Processos em Tramitação no DPG.

Durante o ano de 2011, tramitaram 200 processos de autorização de acesso e/ou de remessa de amostras do patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado no Departamento do Patrimônio Genético - DPG para serem submetidos à apreciação da Plenária do CGEN (Tabela 4). Destes, foram tramitados 27 processos de autorização especial, 33 processos de autorização de acesso a conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético, 122 processos de autorização de acesso a componente do patrimônio genético e 18 processos de autorização de acesso a componente do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético (Tabela 4). Destes, 24 foram deliberados pelo CGEN e resultaram em autorizações de acesso, conforme a tabela 1.

1.5. Autuações de Solicitações de Autorização de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado.

Durante o ano de 2011, foram autuados, isto é, deram entrada no CGEN, um total de 104 processos de autorização de acesso e/ou de remessa de amostra de componente do patrimônio genético e/ou acesso a conhecimento tradicional associado e de autorização de credenciamento de instituições fiéis depositárias. Destes, foram autuados 32 processos de autorização especial, 11 processos de autorização de acesso a conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético, 30 processos de autorização de acesso a componente do patrimônio genético, 3 processos de autorização de acesso a componente do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético e 28 processos de autorização de credenciamento de instituição fiel depositária (Tabela 5).

1.6. Sumário das Autorizações de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado entre 2002 e 2011.

Durante o período compreendido entre os anos de 2002 e 2011, foram deliberados pelo CGEN e publicados no Diário Oficial da União um total de 87 autorizações de acesso e/ou de remessa de componente do patrimônio genético e/ou acesso a conhecimento. Deste total foram autorizados 5 processos de autorização especial, 37 processos de autorização de acesso a conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético, 34 processos de autorização de acesso a componente do patrimônio genético e onze processos de autorização de

acesso a componente do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado a componente do patrimônio genético (Tabela 6).

Tabela 4. Processos de autorização de acesso e/ou de remessa de amostras do patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado tramitados em 2011.

Tipo de Processo	Quantidade
1. Autorização Especial	
Bioprospecção	7
Constituir coleção 'ex situ' com potencial de uso econômico	1
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	19
Total	27
2. Conhecimento Tradicional Associado para a fins de:	
Pesquisa científica	31
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	2
Total	33
3. Patrimônio Genético para a fins de:	
Pesquisa científica	2
Bioprospecção	6
Desenvolvimento Tecnológico	40
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	74
Total	122
4. Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado para a fins de:	
Pesquisa científica	15
Desenvolvimento Tecnológico	1
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	2
Total	18
5. Total geral	200

* Considera-se tramitando em 2011 os processos que tiveram alguma ação realizada nesse ano, ainda que tenham sido autuados em anos anteriores.

1.7. Anuência a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios.

Foram anuídos quatro Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios - CURBs pelo CGEN no ano de 2011, embora tenham sido emitidos 24 autorizações de acesso e remessa de amostra de componente do patrimônio genético, já que a assinatura de CURB não é exigida nos seguintes casos:

- a) Pesquisa científica;
- b) Bioprospecção, até que seja comprovada viabilidade comercial;
- c) Constituição de coleções ex situ com potencial de uso econômico;
- d) Projetos de bioprospecção adicionados em portfólio de autorização especial.

Os contratos anuídos referem-se a um projeto de acesso ao conhecimento tradicional

associado para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico e três projetos de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico.

Tabela 5. Autuações de Solicitações de Autorizações de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado em 2011.

Tipo de processo*	Quantidade
1. Autorização Especial	
Bioprospecção	8
Constituir coleção 'ex situ' com potencial de uso econômico	1
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	23
Total	32
2. Conhecimento Tradicional Associado para fins de:	
Pesquisa científica	10
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
Total	11
3. Patrimônio Genético para fins de:	
Pesquisa científica	2
Bioprospecção	3
Desenvolvimento Tecnológico	5
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	20
Total	30
4. Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado para fins de:	3
Pesquisa científica	3
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	0
Total	3
5. Credenciamento de Instituições fiéis depositárias	28
6. Total geral	104

* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

Tabela 6. Número de Autorizações de Acesso e/ou de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético e/ou Acesso a Conhecimento Tradicional Associado entre os anos de 2002 e 2011.

Tipo de processo	Quantidade
1. Autorização Especial para fins de:	
Bioprospecção	1
Constituir e integrar coleção ex situ que visa a atividades com potencial de uso econômico	4
Total	5
2. Conhecimento Tradicional Associado para fins de:	
Pesquisa Científica	37
3. Patrimônio Genético para fins de:	
Pesquisa Científica	3
Bioprospecção	7
Desenvolvimento Tecnológico	14
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	10
Total	34
4. Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado para fins de:	
Pesquisa Científica	8
Bioprospecção	2
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
Total	11
5. Total de processos autorizados*	87

* Esse total refere-se apenas aos processos deliberados pelo CGEN que já foram publicados no DOU. Dos 87 processos autorizados pelo CGEN, 34 são processos de regularização das atividades. O CGEN também já concedeu 19 renovações de autorizações.

1.8. Emissão de Normas.

O CGEN aprovou as seguintes resoluções em 2011:

a) **Resolução nº 35:** Discorre sobre a regularização de atividades de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado e sua exploração econômica realizadas em desacordo com a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e demais normas pertinentes.

b) **Resolução nº 37:** Dispõe sobre os procedimentos para as solicitações de autorização de acesso e remessa de amostras de componentes do patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado, incluindo as processadas como Regularização, nos termos da Resolução Nº 35, de 27 de abril de 2011.

c) **Resolução nº 38:** Publicado no Diário Oficial da União em 27/12/2011, estabelece que a apreciação pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético de solicitação de autorização de remessa de amostra de componente do patrimônio genético, mantida em condição ex situ, dependerá do prévio cumprimento das exigências constantes do artigo 19 e, quando couber, do art. 27, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

2. Demais Atividades do Departamento do Patrimônio Genético – DPG.

2.1. Cooperação Institucional.

Continua em vigor, de forma institucionalizada, cooperação com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Fundação Nacional do Índio - Funai, Fundação Cultural Palmares, Conselho de Defesa Nacional, Conselho Nacional de Pesquisa Científica - CNPq, de modo que todas as solicitações de autorização que a Secretaria Executiva do CGEN recebe, dependendo de suas especificidades, são comunicadas a estas instituições, garantindo racionalidade e celeridade aos processos. No entanto, os procedimentos administrativos têm sido revistos à medida da necessidade de cada órgão.

2.2. Integração com Outras Políticas Públicas.

2.2.a. Políticas Públicas Nacionais

Participação nas reuniões do Conselho Nacional de Biotecnologia, no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, no Fórum Brasileiro de Inovação e nas Sessões do Comitê Executivo para o Programa de Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha - BIOMAR de número 9 e 10, ocorridas respectivamente em 01 de Abril de 2011 e em 05 de outubro de 2011.

2.2.b. Políticas Públicas Internacionais

Duas agendas internacionais foram acompanhadas pela equipe do DPG em 2011. A importância dessa agenda está relacionada ao papel que os acordos desempenham nos temas ambientais a nível internacional, sobretudo a partir dos cinco documentos oficiais assinados durante a Rio 92.

A primeira delas está relacionada com o calendário de atividades organizado pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. O DPG se esforçou por se fazer presente nos mais relevantes desses eventos internacionais, listados a seguir:

1) Participação no "Expert Meeting on the Modalities of Operation of the Access and Benefit-Sharing Clearing-House", que ocorreu entre os dias 11 e 14 de abril de 2011 na cidade de Montreal, Canadá. Na referida reunião, organizada a partir de convocação feita durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, foram discutidos os mecanismos pertinentes a serem implementados para reunir e compartilhar informações relativas às autorizações de acesso conferidas pelas Autoridades Nacionais Competentes. A padronização dessas informações, seu compartilhamento e publicação em site na internet de forma transparente é um importante mecanismo de redução dos custos de controle a nível internacional do uso dos recursos genéticos provenientes da biodiversidade e da repartição de benefícios. Constituiu portanto um dos mais sólidos instrumentos de implementação das provisões contidas na Convenção sobre Diversidade Biológica e no Protocolo de Nagoia.

2) Primeiro Encontro do Open-ended Ad Hoc Intergovernmental Committee for the Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization, que tem por função apoiar nos preparativos para a realização da primeira MOP do Protocolo de Nagoia, que será realizada junto com a 11ª COP.

3) O Sétimo Encontro do Ad Hoc Open-ended Working Group on Article 8(j) and Related Provisions, que tem por função discutir formas de implementação de políticas públicas voltadas

para a preservação e valoração dos conhecimentos tradicionais associados de povos indígenas, quilombolas e comunidades locais.

4) Resposta escritas às Notificações oficiais do Secretariado da CDB.

A segunda é o conjunto de atividades organizadas pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual relativa à adoção de critérios que atendam aos interesses de conservação ambiental no patenteamento de novas invenções, através da observância do princípio de respeito aos conhecimentos tradicionais associados e de repartição de benefícios instituídos pela CDB.

Desse modo, acompanhou-se as XVII, XVIII e XIX Reuniões do Comitê Internacional sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folklore (IGC), enviando posicionamentos por escrito à representação do governo brasileiro.

2.3. Atendimento a Consultas.

Trata-se de atendimento aos usuários para esclarecimentos de dúvidas a respeito do cumprimento da legislação. Esta atividade foi realizada de forma usual pelos analistas ambientais e assessores técnicos do DPG. Foram respondidas aproximadamente 340 consultas feitas por meio de correio eletrônico. Além disso foram recebidos diversos representantes de empresas e universidades em reuniões que tiveram como objetivo esclarecer a legislação e dirimir dúvidas pontuais.

2.4. Participação em Reuniões Internacionais.

Em 2011, o Departamento do Patrimônio Genético participou dos seguintes eventos citados na tabela 7.

Tabela 7. Participação em Reuniões internacionais no ano de 2011.

Evento	Período	Local
OMPI - II Intercessional do CIPI sobre CTA	21 a 25 de Fevereiro	Genebra, Suíça
OMPI - II Intercessional do CIPI sobre Recursos Genéticos	28 de Fevereiro a 04 de Março	Huatulco, México
Expert Meeting on the Operation of the ABS Clearing House	11 a 14 de Abril	Montreal, Canadá
Primeiro Workshop Lusófono de Desenvolvimento de Capacidades sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS)	3 a 6 de Maio	Moçambique - Maputo
Workshop e Reunião da 1ª Reunião do Grupo Intergovernamental do Protocolo de Nagoya sobre ABS	2 a 10 de Junho	Montreal, Canadá
CBA Grupo de trabalho sobre Artigo 8	28 de Outubro a 5 de Novembro	Montreal, Canadá

2.5. Workshop - Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios.

Nos dias 13 e 14 de junho de 2011, foi realizado o workshop “Acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios” nas instalações do Ministério do Meio Ambiente em Brasília. O evento contou com a participação de cerca de 40 especialistas nacionais e internacionais e teve como objetivo o compartilhamento de informações de modelos institucionais atualmente em uso em vários países do mundo voltados para o gerenciamento do patrimônio genético.

Os exemplos relevantes aplicados em outros países puderam contribuir para a identificação de soluções para as dificuldades cotidianas conhecidas pelos técnicos envolvidos na operacionalização do modelo brasileiro de gestão do patrimônio genético. O debate foi aberto com a apresentação de exemplos e informações sobre as instituições nacionais e sobre o histórico dos esforços brasileiros para o desenvolvimento de uma estrutura legal para o gerenciamento dos recursos genéticos e operacionalização da repartição de benefícios. Em seguida foram apresentadas as experiências e os sistemas institucionais e legais para regular o acesso a recursos genéticos e a repartição de benefícios (ARB) resultantes do seu uso no México, Austrália, Namíbia e outros países africanos, com discussão em torno de limites e potenciais de cada modelo.

2.6. Acompanhamento de Processos Judiciais e outros litígios: Natural Source e S.R. Galves.

As empresas Natural Source International Ltd. e S. R. Galves, Participação, Importação & Exportação Ltda., figuram como rés na Ação Civil Pública – ACP interposta pelo Ministério Público Federal perante a 4ª Vara Cível do Ceará, em face da apreensão de remessa de rasps de pau-pereira (*geissospermum vellosii*) sem a devida autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. As empresas solicitaram autorização de acesso e remessa, tendo o CGEN, em sua 54ª Reunião Ordinária de 06/11/2007, manifestado o entendimento de que as atividades realizadas pelas referidas empresas não estariam sujeitas à MP 2.186-16/2001 e a seus regulamentos, deliberando, assim, pela desnecessidade de autorização do Conselho. Essa decisão, no entanto, ignorou a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta – TAC entre as empresas e a União, em que esta se comprometia a enviar “*os esforços necessários para proceder a autorização ou negação (caso algum requisito da MP 2.186-16/2001 seja descumprido) das empresas em questão, junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético*”.

Contudo, por ocasião da 80ª Reunião Ordinária, de 26/01/2011, em cumprimento ao Termo de Ajuste de Conduta – TAC firmado nos autos referida ACP, o CGEN tornou sem efeito a decisão tomada na 54ª RO, enquadrando as empresas na legislação vigente aplicável à espécie, retornando os respectivos processos à pauta da 85ª Reunião, tendo o Conselho deliberado pela não aprovação das solicitações de acesso, em vista do não atendimento dos requisitos legais, objeto das Deliberações nºs 272 e 273, de 19 de julho de 2011, cumprindo, dessa forma, o ajuste firmado em juízo.

B – POLÍTICAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO DO ACESSO ILEGAL.

1. Políticas e Ações de Prevenção do Acesso Ilegal.

Em 2011, foram encaminhados ao IBAMA, cópia de 16 processos que estavam sobrestados para fiscalização da observância dos ditames da Medida Provisória nº 2.186-16/01 e demais legislações aplicadas à matéria, relativo a acessos a componentes do patrimônio genético realizados sem autorização do CGEN.

C – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS.

1. Credenciamento de Instituições.

Com vistas à descentralização, celeridade, eficiência e eficácia quanto aos procedimentos administrativos, o CGEN promoveu, no ano de 2011, mediante a articulação e execução do DPG/MMA, a ampliação do credenciamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que passa a analisar, além das solicitações de pesquisa científica, os pedidos relativos à bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Neste ano o CGEN promoveu também o credenciamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para análise das solicitações que envolvam conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, no âmbito de pesquisa científica, tendo sido iniciadas as tratativas visando o credenciamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Importante considerar que o CGEN, mediante a articulação e execução do DPG/MMA, vem desenvolvendo diálogo com instituições que já detém sistemas informatizados de gestão de atividades relacionadas ao meio ambiente, como o CNPq e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, sendo o primeiro detentor da plataforma eletrônica Carlos Chagas, de uso e alcance nacional, e o segundo na qualidade de gerenciador do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO. Tal diálogo objetiva disponibilidade comum para executar acordo de cooperação técnica, para a criação e implantação de sistema informatizado de gestão do patrimônio genético, que contemplará a celeridade e a qualidade do serviço público prestado pelo Conselho.

2. Participação em Eventos como Palestrantes ou Conferencistas.

Tabela 8. Participação em eventos como palestrantes ou conferencistas.

Eventos	Ano		
	2009	2010	2011
Cursos, Simpósios, Congressos, Palestras, organizados por instituições de ensino e pesquisa, ONGs, sociedades científicas, órgãos da administração pública e empresas públicas.	37	4	22

D – CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

1. Workshop de intercâmbio e treinamento dos técnicos do CNPq e do IPHAN.

Em 2011, o DPG realizou o Workshop de intercâmbio e treinamento dos técnicos do CNPq e do IPHAN, a fim de capacitar sua equipe técnica, transferir a expertise de análise e contribuir tecnicamente com a adaptação da plataforma eletrônica do CNPq para atender às solicitações de acesso para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, as quais possuem exigências mais complexas que a pesquisa científica. Realizou ainda o Workshop de treinamento de empresas, em parceria com a Associação Brasileira de Cosmetologia. Para o futuro, será necessária a gestão contínua das credenciadas e o acompanhamento de suas atividades mediante relatórios.

2. Workshop de treinamento de empresas, em parceria com a Associação Brasileira de Cosmetologia.

O evento foi realizado no dia 04 de novembro de 2011, na Associação Brasileira de Cosmetologia (ABC). O curso intitulado "CGEN - Diretrizes e Procedimentos para o Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios" foi destinado a 30 profissionais de empresas de cosméticos, com duração de 8 horas e teve como objetivo orientar os profissionais quanto aos procedimentos para a solicitação de autorização de acesso. Neste evento, a representante do DPG/MMA apresentou a legislação que regulamenta o acesso ao patrimônio genético (PG) e ao conhecimento tradicional associado (CTA). Foram abordados conceitos gerais e as atividades que abrangem o escopo da Medida Provisória e as principais resoluções e orientações técnicas formuladas pelo conselho. Na palestra foram abordados os seguintes temas:

- 2.1. Marco legal sobre acesso e repartição de benefícios no Brasil (Medida Provisória nº 2.186-16/2001);
- 2.2. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN;
- 2.3. Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;
- 2.4. Trâmites legais e conceitos gerais;
- 2.5. Requisitos necessários para a obtenção da autorização de acesso;
- 2.6. Exemplos de casos de acesso ao PG e CTA; Estudo de caso e apresentação da documentação necessária para obter a autorização;
- 2.7. Regime internacional de acesso e repartição de benefícios;
- 2.8. Orientações técnicas nos 01,06 e 07 e
- 2.9. Resolução nº 21, 29 e Decreto nº 3.945/2001.

3. Elaboração do Termo de Referência do Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais União Européia – Brasil”.

O objetivo global do projeto é promover o intercâmbio e a cooperação entre o Brasil e a União Europeia sobre políticas e governança do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, visando aprimorar a legislação nacional e seus instrumentos de implementação, bem como promover a conscientização dos setores envolvidos sobre o Protocolo de Nagoia, visando sua pronta ratificação e implementação.

E – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

1. Plano Plurianual e Orçamento

O orçamento do DPG consta de duas ações no PPA 2008/2011 que fazem parte do Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade. Em 2011, o orçamento total do DPG foi de R\$ R\$ 937.452,62 (novecentos e trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos). A tabela 9A mostra a evolução do orçamento do DPG durante os anos de 2009 a 2011 e a tabela 9B a descrição detalhada da aplicação dos recursos do orçamento em 2011.

Tabela 9A. Plano Plurianual e Orçamento

Ação	Aplicação e execução por ano		
	2009	2010	2011
a) Promoção de repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado	731.312,52	720.318,73	749.452,62
b) Gestão e administração do programa (recurso utilizado pelo DPG)	230.000,00	236.219,67	187.999,80
TOTAL	961.312,52	956.538,40	937.452,42

Tabela 9B. Descrição detalhada da aplicação dos recursos do orçamento em 2011

Ação/Aplicação 2011	Total
a) Promoção de repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado	
Temporários	349.452,62
Projeto BRA	400.000,00
TOTAL	749.452,62
b) Gestão e administração do programa (recurso utilizado pelo DPG)	
Despesas Administrativas	
Diárias	17.520,60
Passagens	44.500,00
Diárias de Colaboradores Eventuais	5.998,73
Serviços / Eventos	2.500,00
Estenotipia	53.956,00
Taquigrafia	1.350,00
Terceirizados	62.174,48
TOTAL	187.999,80
TOTAL GERAL	937.452,42